

PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO	
Revisão: 04	Data: 10/07/2025
Nome do Processo	Análise de Risco da Carteira de Investimento
Unidade Gestora/Executora	Instituto de Previdência do Município de João Pessoa

1. FUNDAMENTO LEGAL

-

2. OBJETIVO

Verificar e analisar os riscos de produtos de investimentos e seus impactos na carteira do IPMJP, e sua capacidade de apresentar retornos condizentes ao risco tomado por cada tipo de ativo que compõe o produto analisado.

3. LISTA DE TERMOS

ATIVOS FINANCEIROS: é um ativo não físico cujo valor é derivado de uma reivindicação contratual, como depósitos bancários, títulos e ações;

RENTABILIDADE: grau de êxito econômico de um ativo financeiro em relação ao capital nele aplicado;

META ATUARIAL: é a taxa real anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios, definida pela política de investimentos do RPPS.

RISCO: é o grau de incerteza em relação à rentabilidade de um investimento. Isso significa a chance de o investimento dar um retorno diferente do esperado

VOLATILIDADE: é uma medida de dispersão dos retornos de um título ou índice de mercado. Quanto mais o preço de uma ação varia num período curto de tempo, maior o risco de se ganhar ou perder dinheiro negociando esta ação, e, por isso, a volatilidade é uma medida de risco.

GESTÃO DE RECURSOS (ASSET MANAGEMENT): é a gestão de recursos de terceiros executada por bancos ou empresas criadas especificamente com essa função e que são legalmente constituídas e supervisionadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários)

4. LISTA DE SIGLAS

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social
RGPS – Regime Geral de Previdência Social
CMN – Conselho Monetário Nacional
CADPREV – Sistema de Informações dos RPPS
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
BACEN – Banco Central
ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.
DAIR – Demonstrativo de aplicações e investimentos dos recursos
FUNPRE – Fundo Previdenciário

5. ABRANGÊNCIA

Assessoria de Investimentos, Consultoria de Investimentos, Comitê de Investimentos e Divisão de Tecnologia da Informação.

6. AÇÕES EM CASO DE NÃO CONFORMIDADE

Visualizando-se qualquer não conformidade com o disposto nos diplomas legais e no Manual de análise de risco, o Setor de Investimentos deverá informar ao Comitê de Investimentos para que, em reunião, seja deliberada a ação a ser tomada. Devendo, caso persista a não conformidade, não aceitar o produto analisado e, caso haja recursos nele aplicados, resgatá-los.

7. PERIODICIDADE DO PROCESSO

-

8. PROCEDIMENTOS

1 – INSTITUIÇÃO (GESTORA, ADMINISTRADORA E/OU DISTRIBUIDORA)

1.1 – Elaborar, coletar e enviar para o IPMJP os documentos exigidos pela Secretaria de Previdência (Art. 101 a 108, anexo I da Portaria MPS nº 1.467/2022), para o referido credenciamento.

2 – Setor de Investimentos

2.1 – PRIMEIRA FASE

2.1.1 – Pesquisar:

1. Análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;

2. Análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto à qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;
3. Solidez patrimonial;
4. Padrão ético de conduta, incluindo regularidade fiscal e previdenciária;
5. Avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento;
6. Verificar os ativos que compõem o produto analisado e sua aderência ao regulamento do fundo de investimentos e sua aderência à legislação vigente.

2.1.2 – Caso não haja, na análise dos itens acima, nada que desabone o produto analisado quanto sua tipificação, dar seguimento ao processo de análise de risco; Se houver, o fundo não deverá ser credenciado.

2.1.3. Verificar se o produto encontra-se classificado de forma correta com o disposto na Resolução CMN 4963/21; Se não estiver, entrar em contato com o Administrador do fundo para ajustar a classificação.

2.1.4. Abrir carteira do Fundo de Investimentos e verificar se os limites de concentração encontram-se aderentes ao disposto pelo dispositivo legal;

2.1.5. Verificar rating do produto em tela, bem como verificar critérios usados pela casa de análise avaliadora

2.1.6. Analisar os principais riscos do produto de acordo com a classe do produto e papéis que o compõe

- Apresentação – Breve explanação sobre o produto
- Analisar – Concentrações de papéis
- Objetivo – mitigar risco de carteira no momento de escolha de produtos
- Modelo de gestão a ser adotado – Se própria, terceirizada ou mista;
- Metodologia de precificação dos ativos - Quanto à metodologia de precificação dos ativos, o RPPS deverá escolher se marcará a mercado ou na curva, para tanto, deverá explicar os motivos que levou à escolha de tal método e qual a forma de fazê-lo;
- Cenário econômico - O estudo macroeconômico deverá contemplar o cenário internacional e nacional, contendo os principais acontecimentos que influenciarão o mercado de capitais e quais as expectativas para o ano e como tais acontecimentos

poderão impactar o produto analisado.

- Parâmetro de rentabilidade - O parâmetro de rentabilidade do IPMJP é a meta atuarial projetada para o exercício
- Limites de investimentos – os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica
- Estratégia de alocação - A estratégia de alocação deverá obedecer os limites máximos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.963/21. Bem como a estratégia alvo disposta na Política de Investimentos para o exercício
- Credenciamento de Instituições e seleção de investimentos – O produto analisado deverá ser de instituição credenciada no Instituto de Previdência do Município de João Pessoa
- Credenciamento de Produtos de investimento – Os produtos analisados deverão ser credenciados no Instituto de Previdência do Município de João Pessoa para que seja possível o investimento

2.1.7. Se não, analisar o correto preenchimento do “Termo de Análise de Credenciamento e Atestado de Credenciamento – Demais Administradores ou Gestor de fundo de investimentos”. Este termo poderá ser substituído pelo “Questionário Due Diligence – Seção I” enviado pela referida instituição sem prejuízo do seu credenciamento.

2.1.8. Caso o produto de investimento ou instituição tenha sido apresentado por distribuidor terceirizado, deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2.1.9 – Enviar a documentação para Consultoria de Investimentos para análise e comentários acerca da documentação.

2.2 – SEGUNDA FASE

2.2.1 – Se aprovada a documentação pelo Setor de Investimentos e pela Consultoria de Investimentos, apresentar ao Comitê de Investimentos para aprovação;

2.3 – TERCEIRA FASE

2.3.1 – Arquivar a documentação em local de fácil acesso e separada por instituição;

3 – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

3.1.1 – Analisar a documentação enviada pelo Setor de Investimentos ou diretamente pela instituição;

3.1.1.1 – Caso a documentação tenha sido remetida diretamente pela Instituição, informar ao Setor de Investimentos. Após analisada, remeter a documentação ao Setor de Investimentos;

3.1.2 – Avaliar os produtos ofertados pela instituição, incluindo critérios como compatibilidade dos produtos com o perfil de investidor apresentado pelo IPMJP.

3.1.3 – Encaminhar para o Setor de Investimentos do IPMJP.

4 – COMITÊ DE INVESTIMENTOS

4.1 – Debater a avaliação feita pelo Setor de Investimentos e Consultoria de Investimentos sobre as instituições interessadas em se credenciar junto ao IPMJP;

4.2 – Deliberar acerca da viabilidade de investimento, ou não, do(s) produto(s) analisado(s);

4.3 – Registrar na ata da reunião a decisão acerca da viabilidade;

4.4 – Remeter a ata da reunião ao Setor de Investimentos.

5 – DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.1 – Publicar as informações no Portal do IPMJP.

- ### 9.1 – Fluxograma do processo de análise de risco da carteira de investimentos